

Ressuscitando Ned Ludd para defender a saúde do trabalhador

EDITORIAL*

A Revolução Industrial mudou a cara do mundo, para o bem e para o mal. Se as máquinas tivessem nascido para aprimorar o processo de trabalho e aprimorar a saúde dos trabalhadores poderíamos dizer que elas vieram apenas para o bem da humanidade. Não foi bem assim. Além de elevar a acumulação de capital a um nível infinito, também elevou a exploração do corpo trabalhador a um nível infinito de prejuízo da saúde. Nem é preciso dizer que as máquinas não faziam isso sozinhas. Por trás delas havia sempre um capitalista industrial maravilhado com a grande novidade: NÃO HÁ MAIS LIMITE PARA O LUCRO E A GANÂNCIA!! Mas, e a saúde dos trabalhadores? Seu destino: o lixo da história na relação capital-trabalho. Ali, há quase 300 anos, já se podia antever o futuro. Trabalhadores explorados, perdendo sua saúde, sua dignidade, suas vidas, para garantir a acumulação infinita e cada vez mais infinita do capital. Por isso, mesmo antes de existir sindicatos, os trabalhadores se organizaram para combater as máquinas. Só as combatendo poderiam combater os seus donos. Assim, em 1811, na Inglaterra, surge o ludismo, um movimento liderado por Ned Ludd. Eram trabalhadores contrários à mecanização do trabalho. Sem muita opção de adotar outras formas de luta, passaram a invadir as fábricas e quebrar as máquinas. Passaram a ser conhecidos como “quebradores de máquinas”. Seus argumentos eram a substituição da mão de obra, as extensas jornadas de trabalho e a concorrência econômica das fábricas com o trabalho artesanal. Logo depois do movimento, em 1812, o parlamento inglês aprovou uma lei que condenava à morte os quebradores de máquinas. O novo capital industrial, junto com o poder político, começou a mostrar suas garras para garantir a nova descoberta: lucro e ganância deveriam ser mantidos a qualquer custo! Embora a exploração do trabalho pelo capital seja uma forma de intensa violência social, sua forma sutil de violentar a essência humana capturou as mentes da grande maioria das pessoas na sociedade moderna. Na época dos links - hoje todos fazem links no celular, no computador - poucos ainda fazem links entre o modelo econômico, sem qualquer controle da ganância, e a degradação humana, do ambiente e, enfim, da própria humanidade. O que representa hoje a mecanização do trabalho, sem levar em conta o trabalhador, o emprego, as populações expulsas de seus lugares, a devastação do meio ambiente? A perversidade do modelo não está nas máquinas. Está nos seus donos, mancomunados com os donos do poder político. O que diria, hoje, Ned Ludd

Nesta edição

Editorial – Ressuscitando Ned Ludd para defender a ...	1
Entrevista – Ary Carvalho de Miranda	2-5
Artigo do mês – Lorena Vianna	6-7
Perfil Sindical – Edson Lima Feijão	8
Trabalhadores Anônimos – Marcel Caldas	9
Informes	10

a seus companheiros luditas? Será que diria: “*Eu não falei? Não foi por falta de aviso!*”. O setor de agronegócio é muito complexo pois agrega tanto as grandes empresas (agropatronal) quanto a agricultura familiar. Mas se sabe que o emprego das máquinas é preponderante no negócio agropatronal. Em consequência, apesar da sua participação no PIB ser bem maior do que na agricultura familiar, emprega muito menos trabalhadores. Um exemplo gritante é o agropatronal do eucalipto, em que 100 hectares (1km²) emprega apenas 1 (um) trabalhador (operador de máquina). É um escárnio ver o item do artigo 170 da Constituição Federal/88 (função social da propriedade) ser rasgado. Quantas centenas de milhares de trabalhadores bancários perderam seus empregos após o advento das máquinas que transformaram os consumidores (clientes e donos de seus dinheiros nas mãos dos banqueiros) em trabalhadores de si próprios? O sistema rentista e os banqueiros dão gargalhadas a cada vez que mais e mais clientes aderem às maquininhas. Ned Ludd ficaria triste. O que fazem, agora, em todo o Brasil, com o transporte urbano, cada vez mais precário, ao retirar do trabalho centenas de milhares de cobradores de passagens, com o uso das máquinas. Em breve, máquinas substituirão os motoristas. Talvez o povão, em busca de emprego, goste da novidade, apesar de que para reclamar terá que recorrer a um robô quarteirizado do setor de reclamações. Supermercados? Já há projetos, e em alguns países isso já é feito, para os consumidores fazerem tudo, de cortar presunto a efetuar os pagamentos. Postos de gasolina? Os donos das máquinas não precisarão mais proteger os frentistas contra o câncer provocado pelo benzeno. Os consumidores se virarão por conta própria. No setor público não é diferente. Para buscar os direitos do cidadão, junto aos equipamentos do Estado brasileiro - previdência, saúde, educação, receita federal etc. - idosos, enfermos, pessoas com deficiência, trabalhadores sem um no bolso são obrigados a se sujeitar às máquinas de atendimento. Servidores se tornaram máquinas, mesmo quando atendem em carne e osso (o que já é raro). Falar em desemprego num cenário de mecanização da vida, sem responsabilização social do Estado e das empresas, é fazer piada com a desgraça dos trabalhadores. Não há espaço para a saúde dos trabalhadores numa ordem econômica que endeusa a máquina e tritura a humanidade. Máquinas deveriam existir para aprimorar a humanidade, não para derrotá-la. Ned Ludd talvez precise ser ressuscitado, de alguma forma. ■ ■ ■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador

Ary Carvalho de Miranda



Ary Miranda é um personagem privilegiado do processo da Reforma Sanitária Brasileira. Viveu os conflitos, as conquistas e as emoções da constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), participou da reestruturação política da Fundação Oswaldo Cruz, na Nova República, como chefe de gabinete de Sérgio Arouca (presidente da Fiocruz no período) e construiu uma sólida trajetória no campo das relações saúde-trabalho-ambiente, como militante, gestor, pesquisador, professor e defensor intransigente das causas e dos movimentos sociais no âmbito da saúde pública. Sua inestimável contribuição à saúde do trabalhador é aqui retratada por suas palavras da forma modesta que lhe é peculiar...

FIS - Ary, conte-nos um pouco da sua trajetória na Reforma Sanitária e na saúde do trabalhador/meio ambiente.

Ary - A trajetória profissional de cada um de nós, embora possamos em alguma medida termos nossas escolhas pessoais, está, como toda a vida social, intimamente influenciada por seus contextos. Formei-me na Escola de Medicina da UFF [Universidade Federal Fluminense], no ano de 1977. A clínica em doenças infecciosas tinha sido minha opção no universo das especialidades da medicina. No ano seguinte à minha formatura, o Dr. Hugo Tomassini (um grande nome da história da saúde coletiva brasileira), que tinha sido meu professor no departamento de medicina preventiva, na época era o

secretário de saúde do município de Niterói e me convidou para assumir a direção de um Centro de Saúde municipal na periferia da cidade. Era um projeto inspirado na Conferência de Alma Ata, de 1978, de valorização da chamada Atenção Primária. Foi minha primeira experiência profissional como médico que, para um recém-formado, era um enorme desafio.

A participação da comunidade, onde os diversos Centros de Saúde estavam localizados, era um componente de destaque do projeto. Estruturávamos suas atividades numa dinâmica que envolvia a diversidade social existente em seus territórios. Participavam as associações de moradores (movimento que começava a se fortalecer), as diversas igrejas, as escolas públicas lá situadas e outros segmentos sociais. Assim, fui deslocando meu interesse profissional para a saúde coletiva e nunca mais retornei à clínica em doenças infecciosas. Fiz residência em Saúde Pública e, depois, especialização em Planejamento em Saúde, ambos na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Os ventos políticos de então atingiram o projeto de Niterói com o redirecionamento das alianças políticas do então prefeito. O projeto foi desmontado e o secretário de saúde e os diretores dos Centros de Saúde foram exonerados. Deixando a secretaria de saúde, ingressei na Campanha Nacional de Combate ao Câncer, onde, a convite de outro batalhador da saúde coletiva, Eduardo Levcovitz, trabalhei, de 1984 a maio de 1985. Foi quando Sérgio Arouca, nomeado para a presidência da Fiocruz, convidou-me para assumir a chefia de gabinete da presidência. Eram tempos de grandes mudanças democráticas no país. A anistia aos presos políticos havia sido conquistada em fins dos anos 1970.

Houve, após quase 20 anos de ditadura militar, as primeiras eleições diretas para governadores dos estados (1982) e, ainda que por eleição indireta no congresso nacional, o governo militar foi substituído, em 1985. Sarney, que era vice da chapa, assume a presidência, uma vez que Tancredo Neves, o titular, morreu às vésperas da posse. Na agenda dos movimentos sociais estavam a luta pela Constituinte, sacramentada em 1988, e eleições diretas para presidência da república, realizadas em 1989. Nesse contexto, o movimento da Reforma Sanitária alcança expressivo vigor e faz com que Sérgio Arouca, já presidente da Fiocruz, assumira a presidência da VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS). Pela primeira vez uma CNS é convocada contemplando a participação social. Com expressivo envolvimento de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, conselhos de diversas categorias profissionais, associações de moradores e um conjunto variado de outros movimentos sociais que tinham na saúde um de seus pontos de luta, em março de 1986 a Conferência se realiza e define as diretrizes que orientaram o texto constitucional consagrado na Seção II da Seguridade Social. Nela, os princípios do SUS estão expressos.

Inaugura-se na história do país um sistema de saúde com valor universal, onde o Estado tem por dever assegurá-lo e a participação social está garantida na formulação e controle de suas políticas. As leis 8.080 e 8.142, de 1990, conferem o escopo legal do texto constitucional da saúde. Nesse arcabouço aparece, pela primeira vez, a questão da Saúde do Trabalhador, assim como as relações da Saúde com o chamado Meio Ambiente também começam a ganhar visibilidade, uma vez que o conceito ampliado de saúde, passa a ser o eixo orientador das formulações de suas políticas. A Fiocruz, nesse período, viveu também significativas transformações institucionais, tanto na forma do provimento de cargos, onde o presidente e seus diretores passam a ser eleitos diretamente pelo conjunto dos servidores, como nos métodos de gestão, com a criação do Congresso Interno e dos Conselhos Deliberativos, conferindo assim maior participação do conjunto dos servidores nos rumos da instituição. Neste processo, são criadas novas Unidades Técnico-científicas, assim como novos departamentos nas Unidades já existentes. Foi nesse contexto que surge o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), vinculado à ENSP. Sua criação foi também um grande desafio. Idealizado por um pequeno grupo de pesquisadores, liderados pela professora Anamaria Testa Tambellini e pelo prof. Luiz Augusto Cassanha Galvão, a criação do CESTEH é uma das expressões do vigor do movimento pela Reforma Sanitária, onde a luta sindical dos trabalhadores alcança grande expressão na política brasileira. Na virada para os anos 1980, como efeito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974, o Brasil alcançou seu maior patamar de industrialização, quando aproximadamente 32% do PIB era decorrente da produção industrial. Neste período, nossa taxa de sindicalização superou 30% (hoje, a participação da produção industrial no PIB é de 9% e nossa taxa de sindicalização é de pouco mais de 14%). As contradições desse processo expressavam-se também nas condições de trabalho e seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores. As cifras de acidentes de trabalho eram altíssimas (no início dos anos 1970 foram registrados 2 milhões de acidentes de trabalho e, ainda hoje, temos algo em torno de 700.000 casos registrados, por ano, no país), assim como os índices das doenças profissionais eram extremamente preocupantes. Este cenário fez com que, em 1990, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criasse o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), a partir de um convênio de cooperação entre a CUT e Confederazione Generale del Lavoro (CGIL), da Itália, que através do seu organismo para a cooperação internacional, Progetto Sviluppo, intermediou o financiamento junto ao governo italiano. Era uma decisão que procurava dar lastro científico às suas lutas políticas que envolviam as questões relativas à saúde dos trabalhadores.

a Saúde do Trabalhador ... traz a necessidade imperiosa de análise do processo de produção, a partir da cosmologia marxista, como elemento central para a compreensão dos fenômenos de saúde/doença dos trabalhadores em suas relações com o trabalho.

A emergência da Saúde do Trabalhador, compreendida como um campo de conhecimento e prática das relações entre o processo de produção e a saúde, colocava uma nova visão, alternativa aos paradigmas da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Enquanto estes ocultam as bases fundamentais das relações de trabalho que geram as condições de saúde dos trabalhadores, valorizando apenas os componentes do ambiente físico inerente ao trabalho e seus efeitos, ou seja, a doença, ademais de considerarem o trabalhador apenas como objeto de intervenção, a Saúde do Trabalhador rompe com esta concepção. Ela traz a necessidade imperiosa de análise do processo de produção, a partir da cosmologia marxista, como elemento central para a compreensão dos fenômenos de saúde/doença dos trabalhadores em suas relações com o trabalho. Este referencial analítico permite uma visão mais plena do universo produtivo, contribuindo também para a tomada de consciência dos trabalhadores sobre as complexas relações de trabalho inerentes ao capitalismo. Ademais, neste Campo, o trabalhador é tido, não como objeto de manipulação, mas como ator fundamental em todo o processo de análise e intervenção. Trata-se de um Campo ainda em construção e são enormes os seus desafios, uma vez que as transformações na lógica da acumulação de capital em todo o mundo, a partir dos anos 1970 e, mais particularmente para o Brasil, a partir dos anos 1990, provocam significativas mudanças no mundo do trabalho, atingindo diretamente a organização dos trabalhadores.

A chamada Reestruturação Produtiva impõe diversas formas de contratos de trabalho (alternativa aos contratos coletivos, que davam mais segurança aos trabalhadores) tais como terceirizações, trabalho sazonal, teletrabalho, além do trabalho informal que hoje alcança níveis significativos. Isso sem falar no desemprego, que atualmente atinge 14 milhões de trabalhadores no país. A reforma trabalhista, recém aprovada no Congresso Nacional, acentuará este processo, conferindo mais um golpe nos trabalhadores, abrindo assim mais um atalho para intensificar a exploração do trabalho pelo capital.

Foi então, sensibilizado pelas questões que o Campo da Saúde do trabalhador apresentava que, ao sair da chefia de gabinete da presidência da Fiocruz, em 1989 (quando Sergio Arouca sai da presidência), me transferi para o recém-criado CESTEH, na ENSP. Era para mim um novo

Ary Carvalho de Miranda

campo de estudo, o que me fez ingressar na Especialização em Saúde do Trabalhador que o próprio CESTEH já organizava. Seguindo minha trajetória acadêmica fiz o mestrado também no CESTEH, estudando, com base na metodologia do campo da Saúde do Trabalhador, as condições de trabalho dos trabalhadores pintores do Estaleiro Verolme, no Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Em seguida tornei-me professor no CESTEH, atividade que desenvolvo até hoje.

Já nos anos 1980, enquanto entra em curso o processo de desindustrialização da economia brasileira, acentua-se sua primarização com o fortalecimento do agronegócio, da pecuária e das explorações minerais e de exploração de petróleo. São processos produtivos geradores de grandes conflitos socioambientais e que vão proporcionar a formação de importantes movimentos sociais no campo e nas florestas, em defesa da manutenção e reprodução dos modos de vida dos trabalhadores e suas famílias que lá habitam, como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Coordenadoria Indígena Brasileira, Coordenação Nacional Quilombola, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Atingidos pela Base de Lançamento, Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas, Movimento Nacional dos Pescadores, Central de Fundo de Pastos, além de várias outras organizações. São movimentos que, em algumas de suas faces, também se internacionalizam. A Via Campesina é uma expressão dessa internacionalização. Composta por 164 entidades de 73 países, na África, Ásia, Europa e nas Américas, representam em torno de 200 milhões de camponeses.

Assim, as questões relativas às contradições entre o modelo de desenvolvimento e os impactos socioambientais, vão ganhando mais visibilidade. Ainda, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92 - foi um momento que fertilizou tal visibilidade. Foi uma Conferência convocada já no fim da guerra fria, com o liberalismo colocado como alternativa de dominação política pelos países imperialistas, principalmente EUA e Inglaterra, e na vigência do Consenso de Washington. Era o maior evento organizado pela ONU, até aquele momento. Reuniu 172 países e trouxe ao Rio de Janeiro 108 chefes de Estado ou Governo, 1400 ONGs e 10.000 jornalistas. A RIO 92 definiu a Agenda 21 (com 40 capítulos agrupados em 4 sessões: I. Dimensões sociais e econômicas; II - Conservação e manejo de recursos para o desenvolvimento; III - Fortalecimento do papel dos grupos sociais e IV - Meios de execução), baseada no conceito de Desenvolvimento Sustentável, conceito este que não tocava na dominação imperialista e suas consequências aos países mais afetados pelas desigualdades inerentes à lógica capitalista, que acentuava-se rapidamente com o curso da chamada Globalização. Ainda assim, esta Conferência, dada sua magnitude, proporcionou maior visibilidade social à “crise ecológica”, assim como o interesse das comunidades acadêmicas pela questão socioambiental.

No ano 2000, a convite do prof. Paulo Buss, que foi eleito presidente da Fiocruz, fui convidado para assumir a Vice-presidência de Serviços de Referência e Ambiente. O destaque à questão ambiental no escopo da organização institucional era expressão do processo mencionado. Exerci por 8 anos esta função e, ao deixar a Vice-presidência, ingressei no doutorado, no programa de Saúde Pública e Meio ambiente da ENSP. A crise socioambiental cada vez mais me sensibilizava profissionalmente. Assim, minha tese de doutorado procurou discutir o que tem sido chamado de "A Segunda Contradição do Capitalismo", ou seja, as contradições entre os interesses do capital e a destruição dos bens comuns e seus impactos socioambientais. Enquanto para o capital o trabalho e os bens comuns são fatores de exploração e acumulação de riqueza, para os trabalhadores são fundamentais à manutenção e reprodução dos seus

padrões culturais e de suas vidas. Esta contradição vem ganhando cada vez mais importância nos dias de hoje, fazendo com que os movimentos sociais, principalmente aqueles vinculados diretamente a esta contradição, cada vez mais assumam importante protagonismo nas lutas em defesa de outro modelo de desenvolvimento, onde o trabalho não seja fator de sofrimento e doença e o meio ambiente seja concebido como um bem para assegurar a vida e os padrões culturais dessas populações. Também os círculos acadêmicos, ainda que de forma bastante incipiente, vêm pautando estudos sobre tais impactos, embora sejam poucos os que fazem ciência numa perspectiva emancipatória para esses movimentos. No universo da Saúde do Trabalhador e da Ecologia Humana é que tenho trilhado meu trabalho profissional. Além das atividades no mestrado acadêmico, no doutorado e em outros cursos oferecidos pela ENSP, organizamos e concluímos recentemente o Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais, em cooperação com a Escola Nacional Florestan Fernandes. Foi um curso que formou 27 profissionais de 16 estados do Brasil, todos vinculados à luta pela reforma agrária e em defesa dos trabalhadores do campo e das florestas. Também o fato de ser membro do Grupo Temático (GT) sobre Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO - tem me permitido participar de diversos trabalhos que o GT desenvolve, na perspectiva de uma ciência emancipatória.

FIS - Ary, você vivenciou momentos muito importantes na construção do SUS. Fale um pouco deles.

Ary - A participação na construção do sistema municipal de saúde em Niterói, como uma das primeiras experiências no país na organização da chamada Atenção Primária, conforme me referi anteriormente, foi uma experiência interessante que vivi, por toda a ousadia do projeto na época, que contemplava a participação social e que recebia forte resistência das corporações médicas, por suas concepções elitistas que vigoram em muitas delas ainda hoje. Toda a transformação por que passou a Fiocruz na

Ary Carvalho de Miranda

gestão de Sergio Arouca, dita anteriormente, foi para mim uma importante experiência profissional, principalmente porque na condição de chefe de gabinete eu tinha grande envolvimento no processo. A convivência com Arouca, por sua capacidade política e afetividade pessoal, foi também um tempo de construção e aprendizado. Era um trabalho constituinte da luta pela Reforma Sanitária que teve na VIII CNS um momento significativo. Tive a oportunidade de ser membro da Comissão Organizadora da Oitava e, assim, participar de todo o processo preparatório, com debates em vários estados do Brasil com diversos movimentos sociais, como também na realização da própria Conferência, em Brasília, em março de 1986. Após a Conferência, foi também importante o movimento para assegurar, na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, as formulações lá aprovadas, que concebeu pela primeira vez na história de nosso país um sistema de saúde universal, onde o Estado deve assegurar este direito, e com participação social. Na mesma toada, a luta para garantir o arcabouço legal do SUS, nas leis 8.080 e 8.142, de 1990, foi fruto do trabalho social que construiu a Oitava.

FIS - Ary, e sua opinião sobre a conjuntura da saúde do trabalhador?

Ary - O quadro político do país é muito grave. Vivemos um momento onde as conquistas sociais expressas na Constituição de 1988 estão sendo desmontadas. A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que congela os investimentos estatais por 20 anos, é uma excrescência que jamais foi adotada por qualquer país de radical orientação neoliberal. É a renúncia do Estado público em favor dos interesses do grande capital da forma mais descarada. A Reforma Trabalhista, com a lei geral da terceirização, refina os mecanismos de exploração do trabalho e fragiliza ainda mais a organicidade dos trabalhadores, isto sem contar com medidas típicas da exploração capitalista do século XIX, como a autorização para mulheres grávidas trabalharem em ambiente insalubre. Para pôr mais um componente da perversidade das medidas governamentais foi noticiado recentemente a intenção do governo em relaxar as medidas de combate ao trabalho escravo no país. São apenas algumas medidas que não só atingem diretamente os trabalhadores no cotidiano de sua vida laboral, mas fundamentalmente contribuem para fragilizar suas estruturas organizativas, instrumentos decisivos na luta contra a exploração a que estão submetidos. Destaco estes aspectos na medida em que, se consideramos como central a participação dos trabalhadores no conjunto das atividades inerentes à Saúde do Trabalhador, certamente sua fragilização orgânica coloca obstáculos significativos à Vigilância em Saúde do Trabalhador, assim como às demais atividades neste campo.

FIS - Ary, como você vê a relação da academia com o movimento dos trabalhadores?

Ary - Ainda vivemos um universo onde a prática científica se dá à revelia do conjunto dos interesses da sociedade.

Ary Miranda e Sergio Arouca - 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986)



<https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u35/aroucaestaurado2.jpg>

Projetos de pesquisa, em geral são elaborados e executados na circunscrição dos muros acadêmicos, assim como seus resultados circulam fundamentalmente entre os pares da ciência, publicizados apenas nas revistas científicas do mundo restrito da academia. Por outro lado, as estruturas de serviços que têm como atribuição a atenção aos trabalhadores com problemas de saúde decorrentes de suas atividades profissionais também, em sua maioria, não conseguem manter relações permanentes com esses trabalhadores. Mas não me parece que o foco exclusivo da reflexão crítica sobre este distanciamento deva ser apenas as estruturas do Estado, como as universidades/instituições de ensino e pesquisa e os serviços. Cabe ampliar essa discussão para tentarmos melhor compreender, à luz da configuração da sociedade civil (para além do Estado), seus componentes estruturantes e como incidem sobre a capacidade política dos trabalhadores. Sempre quando discutimos o SUS, e toda sua configuração extremamente democrática, no sentido de sua universalidade e participação social, enfatizamos que, para tal, foi decisiva a participação do conjunto dos trabalhadores em sua edificação, fenômeno constitutivo do vigor da luta política dos trabalhadores na superação da ditadura militar e na construção social culminada nos anos 1980. Vivemos hoje significativos retrocessos que estão atingindo frontalmente direitos sociais e as estruturas públicas, de onde emergem políticas em defesa dos trabalhadores, com consequências importantes no desmonte do SUS. E como a sociedade tem reagido? A compreensão do porquê da apatia social diante deste quadro me parece o ponto de partida de onde devemos iniciar nossa análise, para buscarmos respostas mais efetivas em defesa do conjunto dos trabalhadores. Fica aqui esta inquietação com uma provocação para nossa reflexão. ■ ■ ■

Ary Miranda é Doutor em Ciências pela Fiocruz (2012). Chefe de Gabinete da presidência da Fiocruz, de 1985 a 1989. Dirigiu o programa RADIS entre 1988 e 1991. FOI vice-coordenador do CESTEHE/ENSP e coordenador do Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador do CESTEHE. Foi vice-presidente de Serviços de Referência e Ambiente da Fiocruz, de 2001 a 2008. Atualmente é professor do CESTEHE/ENSP/Fiocruz. Para conhecer sua tese de doutorado "Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise socioambiental e seus reflexos à saúde humana: uma contribuição a partir do materialismo histórico e dialético", visite: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14463>. Para conhecer um pouco mais de Ary Miranda, visite: <http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentoarycarvalho.htm>

Vigilância em Saúde do Trabalhador em processo – um olhar sobre seus avanços e desafios –

artigo do mês

Lorena Vianna

Desde a implementação da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88), a saúde é garantida enquanto um direito de todos e dever do Estado, sendo suas ações e serviços considerados de relevância pública (BRASIL, 1988). É também neste momento que se inaugura a criação de um Sistema Único de Saúde (SUS) no país, fruto de grande pressão e luta dos trabalhadores desde o período da Reforma Sanitária Brasileira iniciada nos anos 1970. A CF/88 determina como atribuição do SUS a responsabilidade sobre o trabalho para a proteção da saúde, fato este que torna a noção de saúde do trabalhador, construída histórica e coletivamente, enquanto questão de saúde pública. Sob o aparato legal constitucional, são atribuídas algumas competências para o SUS, dentre elas a capacidade de executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, assim como as de saúde do trabalhador (BRASIL, 1988). Com o destaque para as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat), pode-se dizer que esta representa uma das áreas de atuação da Vigilância em Saúde, que se diferencia das demais vigilâncias por acrescentar “[...] estratégias de produção de conhecimentos e mecanismos de intervenção sobre os processos de produção, aproximando os diversos objetos comuns das práticas sanitárias àqueles oriundos da relação entre o trabalho e a saúde” (BRASIL, 1998). Ela propõe a investigação e a intervenção sobre a relação entre processo de trabalho e saúde, representando uma ferramenta fundamental para a prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho. É possível dizer que a difusão nacional da Visat, enquanto prática orientadora das ações de saúde do trabalhador no SUS, verifica-se, sobretudo, a partir da realização da 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, em 1994, e com a implementação da Portaria nº 3.120, de 1998, que trata da Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS (MACHADO et al., 2011).

Ela é importante porque traz a definição da Visat no SUS como: “[...] uma atuação contínua e sistemática, [...], no sentido de detectar [...] os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, [...] de forma a eliminá-los ou controlá-los.” (BRASIL, 1998). O objetivo desta Instrução Normativa é fornecer subsídios básicos para o desenvolvimento de ações de Visat no âmbito do SUS, oferecendo instrumentos para que os setores responsáveis pela vigilância e pela defesa da saúde possam incorporar em suas práticas meios de análise e de intervenção sobre os processos de trabalho. Dentre estes setores responsáveis pelas ações de Visat, ressalta-se o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que, como instituição pública de referência no trato da relação saúde-trabalho, assume, ou pelo menos deveria assumir, um papel de destaque na concretização dessas ações, já que tem por função “dar subsídio técnico para o SUS, nas ações de promoção, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais” (BRASIL, 2009). No entanto, é sabido, e tampouco surpreendente, que os impasses que o SUS vem enfrentando em tempos tão difíceis como os de hoje, parecem sufocar os últimos suspiros e tentativas de luta e resistência das décadas de 1970/1980, colocando em xeque cada vez mais a capacidade de se concretizar os esforços contidos nessas legislações. Esse caos na saúde pública, e, por consequência, na saúde do trabalhador, vem mostrando, de forma cada vez mais agressiva, uma clara incompatibilidade entre o modo de produção capitalista e a garantia de saúde no trabalho.

continua

Por isso, não é difícil entender porque os serviços de saúde do trabalhador, em especial, os Cerest's, ainda enfrentam tantos desafios para a efetivação de suas ações, dentre estas, a de vigilância, tal como prevê a Portaria 3.120/1998. No caso do Cerest do município do Rio de Janeiro, por exemplo, as ações de vigilância em saúde do trabalhador avançaram muito nos eventos de massa ocorridos no município, como o Rock In Rio, as Olimpíadas, entre outros, tornando possível reduzir significativamente os casos de acidentes de trabalho. Além disso, vem exercendo um importante papel educativo com a capacitação dos agentes comunitários de saúde da atenção básica, que contribuem para as ações de Visat através do mapeamento produtivo de determinadas regiões. Em contrapartida, pode-se dizer que essa instituição ainda encontra muitos desafios para a concretização dessas ações, principalmente devido à insuficiência de recursos humanos, físicos e materiais, fatores estes que, embora façam parte, infelizmente, da realidade de diferentes setores sociais hoje, precisam e devem ser motivo de ampla reflexão e discussão no campo da saúde, sobretudo, no que concerne aos interesses da classe trabalhadora. Percebe-se também, o fato de ainda haver uma relação pouco desenvolvida entre os sindicatos e o Cerest/RJ, o que enfraquece o poder das ações, bem como uma frágil participação dos trabalhadores em todo o processo, quando na verdade ela deveria ser o elemento fundamental a ser valorizado nas ações de Visat. Está claro que esses avanços e desafios do Cerest do município do Rio de Janeiro, e dos demais Cerest's espalhados pelo Brasil, refletem apenas um pequeno retrato da importância que os serviços de saúde de trabalhador possuem não só para as ações de Visat, mas para a defesa da relação saúde-trabalho. Por este mesmo motivo, é preciso frisar que eles também devem ser objeto de discussão contínua quanto às suas reais limitações e deficiências, no sentido de identificar neles novas propostas e possibilidades de ação. No entanto, como os Cerest's podem lidar com os avanços (sem que estes se percam) e com os muitos desafios (cada vez maiores), diante da lógica ofensiva do capital? Como podem defender a saúde do trabalhador sob um contexto de tantas adversidades como as de hoje? A complexidade existe e é crescente, no entanto, talvez seja preciso, antes de tudo, enxergá-la não como um fim em si mesma, mas apenas enquanto parte de um amplo processo que abarca a saúde dos trabalhadores. Processo este que é de luta, resistência, persistência, insistência. Processo de inícios e de rupturas. Processo que se constrói e reconstrói, a cada avanço e a cada desafio. Talvez esse seja um caminho. ■ ■ ■

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5/10/1988.
BRASIL. Portaria n.º 3.120, de 1/07/1998.
MACHADO, J. M. H. et al. Vigilância em saúde ambiental e do trabalhador: reflexões e perspectivas. Cadernos de Saúde Coletiva, 19(4): 399-406, 2011. Disponível em: http://www.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2011_4/artigos/csc_v19n4_399-406.pdf. Acesso em: 13/07/2017.

Lorena Cristina Ramos Vianna é assistente social e mestre em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Seu trabalho de mestrado trata sobre os avanços e desafios da vigilância em saúde do trabalhador no âmbito do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Município do Rio de Janeiro.

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão 'comum'. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma 'ciência' hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas 'leigas', boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas 'científicas' que tratam da saúde do trabalhador não são "para o bico" dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos "para o bico" dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas 'científicas'. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas 'científicas' cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

PERFIL
SINDICAL

Edson Lima Feijão



<http://etisal.uncisal.edu.br/wp-content/uploads/2015/12/ACE-BLOG.jpg>

Edson Feijão é um Agente de Combate às Endemias, com muito orgulho conhecido como mata-mosquitos. No ano de 1978, Edson resolveu sair do quadro de funcionários do Ministério da Marinha, onde trabalhava como encanador naval na construção de fragata, submarino e reparo de navio de guerra. No mesmo ano ingressa na empresa Fermasa Máquinas e Equipamentos. Na época se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos do RJ. Nesse período, o país estava atravessando um momento crítico da ditadura militar, mas, mesmo assim, os trabalhadores de estaleiros, siderurgia e indústria mecânica faziam movimentos de campanha salarial e por melhores condições de trabalho, dentro das empresas. Apesar das perseguições dos militares no poder, os trabalhadores faziam atos, paralisações e greves. No ano de 1991, Edson entrou para a SUCAN - Superintendência de Campanhas - na condição de contratado, passando para a Fundação Nacional de Saúde em seguida. Mas no ano de 1999, Edson e os demais mata-mosquitos foram demitidos pelo Ministro da Saúde - José Serra -, passando quatro anos e quatro meses fora do quadro funcional. Nesse período ocorreram vários movimentos na tentativa de reverter as demissões, processos na justiça, viagens a Brasília, atos públicos no Ministério da Saúde, na Fundação Nacional de Saúde, ocupações, acampamentos em Brasília e atos nas ruas do Rio de Janeiro, inclusive com o fechamento da ponte Rio-Niterói e Avenida Brasil. Após uma grande e árdua luta, os agentes conseguiram a reintegração ao setor e hoje estão enquadrados como trabalhadores no RJU - Regime Jurídico Único -. Edson vem acompanhando, há algum tempo, o Fórum Intersindical, e considera muito importante o debate lá estabelecido. Com as informações obtidas e trocadas tanto no Fórum quanto no Curso de Formação Intersindical, aprimoram-se os conhecimentos para promover a saúde do trabalhador. Um exemplo, segundo o Edson, é o melhor encaminhamento médico e suas questões funcionais, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde. Outro exemplo é o entendimento de saúde do trabalhador, para um melhor acompanhamento no adoecimento dos servidores, além do apoio político e humanitário ao servidor, sabendo-se que são trabalhadores que durante sua vida laboral expõem-se a agentes tóxicos, conhecidos cientificamente como cancerígenos. Edson arremata: *“Não é demais lembrar dos nossos colegas mortos de câncer, cujo número não para de crescer.”* ■ ■ ■

Saiba mais sobre os Agentes de Combate a Endemias (ACEs)

Os Agentes de Combate a Endemias (ACEs) são trabalhadores do SUS que trabalham com a comunidade da área, do bairro, da cidade ou da região rural para facilitar o acesso da população à saúde e prevenir doenças. Promovem ações de educação em saúde junto à comunidade e informam à população sobre os riscos das doenças. Realizam visita aos imóveis e outras localidades com o objetivo de prevenir e controlar doenças como dengue, malária, leishmaniose e doença de Chagas e, também atuam no controle de roedores, na prevenção de acidentes por cobras, escorpiões e aranhas e participam das ações de vacinação de cães e gatos para prevenção e controle da raiva. As atribuições do agente de combate de endemias (ACE), estão definidas em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111350.htm e em http://lex.com.br/legis/27007627_PORTARIA_N_1025_DE_21_DE_JULHO_DE_2015.aspx:

- 1 - desenvolver ações educativas e de mobilização da comunidade relativas ao controle das doenças/agravos;
- 2 - executar ações de controle de doenças/agravos interagindo com os ACS e equipe de Atenção Básica;
- 3 - identificar casos suspeitos dos agravos/doenças e encaminhar os pacientes para a Unidade de Saúde de referência e comunicar o fato ao responsável pela unidade de saúde;
- 3 - orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agente transmissor de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;
- 4 - executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e/ou coleta de reservatórios de doenças;
- 5 - realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de intervenção;
- 6 - executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;
- 7 - executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;
- 8 - registrar as informações referentes às atividades executadas;
- 9 - realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;
- 10 - mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

Nos sites abaixo é possível obter mais informações sobre os ACEs e sua luta.

<http://www.epsjv.fiocruz.br/educacao-profissional-em-saude/profissoes/agente-de-combate-a-endemias>

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1180-sgtes-p/agentes-comunitarios-de-saude-e-agentes-de-combate-as-endemias/19744-quem-sao-e-o-que-fazem-os-acs-e-ace>

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1563131.pdf>

<http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/SAUDE/535147-CAMARA-APROVA-PROPOSTA-QUE-REGULAMENTA-ATRIBUICOES-DE-AGENTES-DE-SAUDE.html>

<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/projeto-de-lei-que-estabelece-atribuicoes-dos-acs-e-ace-e-aprovado-em-comissao>

<http://www.agentesdaude.com.br/2016/11/projeto-de-lei-64372016-trata-do-perfil.html>

Informações disponibilizadas por Alberto Jucelino Pereira Junior

Agente de Combate a Endemias / Advogado Especialista em Direito Sanitário, Vigilância Sanitária e Gestão em Saúde Pública / Pesquisador colaborador do DIHS/ENSP/Fiocruz / Mestrando da EPSJV/Fiocruz

Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às
Identidades Sociais*

MARCEL CALDAS

A ALMA DA IMAGEM DO FÓRUM INTERSINDICAL



Podemos dizer que o Fórum Intersindical tem dois períodos: antes de Marcel, depois de Marcel. Nós que acreditamos na saúde do trabalhador achamos que um dia, algum dia, trabalhadores serão tratados com respeito, serão dignos em seus trabalhos, e tidos, vejam só, como seres humanos, pelo poder econômico, patrões sem escrúpulos, governos safados, instituições irresponsáveis. Acreditamos porque é preciso acreditar. Mas, se de alguma forma, isso demorar muito e nós não conseguirmos ver essa mudança, um pouquinho da nossa indignação, estará retratada pelo Marcel. E, com certeza, servirá de inspiração para os próximos, pois a luta contra a injustiça é eterna, faz parte da história humana.

Marcel, filmou e gravou todos as oficinas temáticas do Fórum e todas as aulas do Curso Intersindical, no ano de 2017. Todas estão disponíveis no Blog dos multiplicadores de vigilância em saúde do trabalhador [www.multiplicadoresdevisat.com]. É um registro histórico importante que demarca a questão da saúde do trabalhador no Brasil e serve como inspiração para a luta. Embora seja uma modesta contribuição, é a contribuição dos que cultivam o Fórum Intersindical como um espaço plural e democrático de resistência contra a opressão no trabalho.

Fotos em Icaraizinho de Amontada - Ceará
Equipe Marcel Caldas



Marcel começou sua aventura no mundo das imagens e da mídia, em 1981, aos 21 anos, num estágio na extinta Globotec, que, na época, era uma produtora comercial e publicitária da TV Globo. De lá foi para a TV Bandeirantes e trabalhou como assistente de estúdio. Nas horas vagas aprendeu a fazer câmera, sonoplastia, mesa de corte e edição. Na época não existia Faculdade para formar profissionais da área técnica para esse setor, como existe hoje. Aprendia-se uns com os outros. Em 1984, Marcel conheceu o diretor do núcleo da mesma emissora que montou uma produtora e o convidou para trabalhar como operador de VT (Vídeo Tape), depois como sonoplasta e por fim como editor de imagens. A partir daí, passou a sonorizar novelas e editar trailers cinematográficos, adaptação de roteiros, vídeos corporativos de cunho institucional, tanto de treinamento de diversas instituições de médio e grande porte quanto de peças publicitárias que veicularam em todo território nacional. Até 1989, Marcel atuou no controle de qualidade da produtora de todo material veiculado nos meios de comunicação e, a partir de 1990, passou a exercer a função de Produtor Executivo e Atendimento de todas as contas da instituição. Durante os anos em que lá trabalhou, participou da produção de mais de 100 entrevistas e matérias jornalísticas para todos os veículos de comunicação. No período, Marcel conheceu e conversou com Anthony Quinn, Robert Duval, Catherine Zeta-Jones, Pierce Brosnan, Hugh Jackman, Luc Besson, Baz Luhrmann e John Lasseter (Diretor Executivo da Pixar e criador de Toy Story) e outros artistas internacionais. A partir de 2004, Marcel passa a atuar como *freelance* em projetos para produtoras ou agências publicitárias como diretor de cenas. Atualmente, entre outras produções, grava e edita vídeo-aulas para o Curso e o Fórum Intersindical. Em suas próprias palavras: *“Não posso deixar de relatar que nesse espaço aprendi muito sobre a vida e a saúde do trabalhador brasileiro. Conheci pessoas brilhantes, professores, mestres, doutores e sindicalistas incríveis. Um grupo aguerrido e de grande valia para compreendermos o momento em que vivemos em nosso país.”* Marcel já gravou mais de 80h de vídeo-aulas, que se constitui num acervo digital inestimável em saúde-trabalho-direito. Esta singela reportagem, mais do que um registro, é um tributo de gratidão ao novo companheiro da saúde do trabalhador. Do Fórum Intersindical: obrigado Marcel!! ■ ■ ■

INFORMES

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 27/10 - 6ª feira

Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos
(pista de subida para a Zona Norte)

09 às 11:30h – reunião ordinária

11:30 às 12:45h – intervalo (almoço)

13h – embarque para Castelinho

13:30 às 16:00h

Visita guiada ao Campus Fiocruz

Reunião do Fórum Intersindical em 29/09/2017

Oficina temática

Mulheres das Águas

com o Professor Carlos Minayo
(no destaque, escondidinho)



Foto: Marcel Caldas

Agora sim o Professor Carlos Minayo de alma exposta!!



Acompanhe...

A II Oficina de Multiplicadores de VISAT ocorreu nos dias 4 e 5/10 e discutiu diversos temas com foco no processo formativo em VISAT.

Como convidados especiais:

Karla Baêta (coordenadora nacional ST/CGST), **Katia Reis** (Coordenadora Cesteh), **Gideon Borges** (Cesteh), **Fátima Sueli** (UERJ), **Valdinei Aguiar** (Doutorando ENSP/Fiocruz).

Participaram os seguintes multiplicadores de Visat: Admilson (PE); Brindeiro/Carmen/Celeida/Jaciara/Kleber (PB); Betania/Magna (TO); Claudia/Cynthia/Silvio (AM); Lilian (MT); Daphne/Debora/Luciene (RJ)

Vários membros do Fórum Intersindical participaram de atividades de saúde do trabalhador no mês de outubro 2017:

- Encontro da CIST municipal RJ;
- Seminário de saúde do trabalhador dos Agentes de Endemias;
- Disciplina de Mestrado/Doutorado da ENSP/Fiocruz;
- Encerramento do IV Curso de Formação Intersindical;
- I Jornada de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e outras.

ATENÇÃO!

Se você tem interesse em escrever um texto sobre saúde do trabalhador para a nossa seção artigo do mês entre no blog e veja como proceder:

www.multiplicadoresdevisat.com

Fórum Intersindical

Emoção e luta pela saúde do trabalhador

CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre SAÚDE do TRABALHADOR.

Veja as instruções para o concurso em nosso site

www.multiplicadoresdevisat.com

Já pode ir tirando suas fotos!!

Fórum Intersindical

Democracia participativa pela saúde no trabalho

Coordenação:

Ana Paula Bragança (Pesq. Colab. DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)

Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)

Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador

Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361

Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223

forumintersindical@gmail.com